

[...] Mas, para ser eficiente no ensino, a tecnologia precisa ser usada com objetivos pedagógicos bem definidos. De nada vale a escola ter salas equipadas com telão para a projeção de vídeos se os filmes exibidos não tiverem relação com o conteúdo estudado. (CARVALHO, 2014)

O professor, por sua vez, mediador, orientador deve estar organizado em planejamento com uso desses recursos, pois se o papel da escola é preparar para a vida e a tecnologia faz parte da vida, deve-se preparar a criança para isso também, de forma organizada para que eles sejam estimulados e não desanimados, pois mesmo diante desse cenário com a implantação de recursos tecnológicos, o professor continua sendo o responsável pela transmissão de conhecimento.

3.3 CURRÍCULO E CONHECIMENTO

O currículo é um instrumento utilizado por todas as instituições educacionais com a finalidade de organizar pedagogicamente o trabalho formativo. Segundo Moreira (1997, p.11), usa-se currículo “tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados como para socializar as crianças e os jovens segundo valores tidos como desejáveis”.

No que concerne à formação escolar, currículo pode ser entendido como a espinha dorsal do trabalho pedagógico. Quando se pensa em sua importância nos processos de aquisição ou de construção de conhecimento, devem-se definir os conteúdos necessários para uma determinada etapa com base na funcionalidade prática da educação formal e na exigência social do desenvolvimento cognitivo. Ao pensar na função socializadora que o currículo deve exercer, é necessário criar condições para que os educandos consigam subsídios que viabilizem a sua movimentação em todos os contextos, espaços e tempos.

O currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições.

Moreira e Silva (2000) afirmam que o currículo deixou de ser uma área voltada para técnicas e métodos. Orientado por questões sociológicas, políticas e epistemológicas, ele passou a ser considerado um mecanismo social e cultural. Com

isso, o currículo deixa de ser visto como um elemento inocente, neutro, destituído de comprometimento político, e passa a ser compreendido com base em seu poder, sua ideologia, sua cultura, capaz de produzir identidades individuais e sociais particulares.

Percebe-se, então que o currículo da escola tem finalidades políticas muito precisas. Zotti (2004) afirma que os currículos oficiais foram elaborados ao longo da história para atenderem às demandas econômicas. Nesse sentido, todas as mudanças no campo curricular que já foram realizadas seguiram os interesses políticos do modelo econômico vigente. A autora conduz a refletir sobre as implicações político-econômicas que subsidiaram a construção dos currículos oficiais durante toda a história da educação brasileira. Essa maneira de pensar o currículo da origem a questionamentos sobre o que já foi estabelecido no campo curricular, as possíveis ideologias ocultas e as contradições eminentes, quando se compara o discurso pedagógico com realidade escolar.

Nesse enfoque, segundo Zotti (2004) pensar sobre o currículo e a construção do conhecimento implica "produzir novas possibilidades de uma educação comprometida com uma sociedade mais humana". Defende que o currículo presume a concretização dos fins escolares e relaciona-se com a instrumentalização concreta que faz da escola um determinado sistema social. Portanto, refletir sobre o currículo não é apenas selecionar os conteúdos, é muito mais que isso. É pensar nas possibilidades de concretização de uma estrutura pedagógica que rege, ou deve rege, uma instituição escolar.

De acordo com as DCNEIs:

As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira e garantir experiências que:

- Promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- Favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;
- Possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;
- Recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;
- Ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas;
- Possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da

autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

- Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade;
- Incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;
- Promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;
- Propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;
- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, entre outros recursos tecnológicos.
- Possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos (Brasil, 2010).

O CEI Raio de Sol tem seu Currículo baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEIs que defendem um currículo com foco na ação mediadora da instituição de Educação infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças.

3.4. CUIDAR E EDUCAR

Quando se propõe a trabalhar com crianças, deve-se ter como princípio básico conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são, saber um pouco de sua história, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra. Assim, é possível compreender quais são as reais possibilidades da criança.

Diante disso, a efetivação dessa compreensão requer duas ações de suma importância que é o cuidar e o educar.

Compreender esta indissociabilidade implica em promover uma ação pedagógica respaldada em uma visão integrada acerca do desenvolvimento infantil, respeitando as peculiaridades de cada criança e oportunizando situações de aprendizagem significativas e prazerosas. Assim, é preciso refletir como educar e cuidar na educação infantil, desenvolvendo as capacidades de apropriação e conhecimento da criança em relação a si e ao mundo.

Para isso, o educador deve estar em permanente estado de observação para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Afinal, cuidar e educar implica reconhecer que o desenvolvimento da criança e a construção dos saberes não ocorrem em momentos isolados.

O olhar estabelece uma troca de sentimentos de confiança (ou desconfiança), manifesta carinho e compreensão, (ou indiferença e raiva), desperta entusiasmo e alegria (ou inibe e amedronta); o toque da mão do adulto pode transmitir segurança ou medo, entrega ou retraimento (...) o ato de dar banho, trocar a fralda, vestir e pentear o cabelo são gestos de comunicação humana entre o adulto e a criança nos quais há uma troca profunda de sentimentos e, portanto, de organização mental, de estruturação interior, de formação da autoimagem, (...) o modo como se encara de birra, de desagrado, de curiosidade das crianças, como se busca a superação de comportamentos de 'agressão' e como se promove a interação social determina o tipo de educação que se está dando a elas; a fala do adulto inicia a criança na linguagem, pois vai dizendo o que ela faz, o que as outras estão fazendo, o que sentem, e, assim, vai mediando os atos por meio da linguagem. Não há um conteúdo educativo na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um ensino, seja um conhecimento ou um hábito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora da progressiva autonomia da criança. (DIDONET, 2003, p. 9).

A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade. Para isso, a ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada.

Vale ressaltar que se torna necessário o estabelecimento de uma parceria de todos para o bem-estar do educando. Cuidar e educar envolve estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo.

Na educação infantil, a questão do cuidado é parte integrante da educação, embora exija conhecimentos, habilidades e instrumentos que explorem a dimensão pedagógica. Cuidar de uma criança neste contexto, demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. O mais importante neste processo é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano.

Quando se fala em cuidado, refere-se tanto aos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e aos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos e das oportunidades de acesso a conhecimentos variados.

Precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir o objetivo dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades socioculturais. (BRASIL, 1998, p. 25).

Assim sendo, as ações relativas ao cuidar, por sua vez, são apresentadas de forma a ressaltar o desenvolvimento integral da criança, envolvendo aspectos afetivos, relacionais, biológicos, alimentares e concernentes à saúde. Portanto, para cuidar é preciso um comprometimento com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. É preciso que o professor possa auxiliar a criança a identificar suas necessidades e priorizá-las, assim como atendê-las de forma adequada, visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades de forma autônoma.

Diante do exposto, esta instituição de educação infantil incorpora de maneira integrada às funções de cuidar e educar, onde as funções da mesma estão associadas a padrões de qualidade, sendo que essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção da autonomia.

A instituição de educação infantil deve tomar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

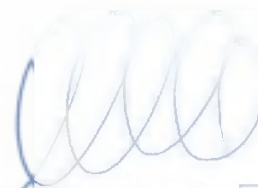
Assim, oferecem-se às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem nas brincadeiras e situações pedagógicas intencionais. Contudo, é importante ressaltar que essas aprendizagens, de natureza diversa, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil. Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, de respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Acerca da necessidade de haver uma ação pedagógica integrada, Kramer (2003) enfatiza a intrínseca relação entre educar e cuidar, sob o argumento de que a Educação Infantil não pode ser compreendida como uma instância de aprendizagem que só instrui, tampouco como um lugar apenas de guarda e proteção. A mesma autora recomenda que o cuidado com o outro deva se fazer presente no ato de educar, independentemente do nível de ensino em que se está atuando.

Para se alcançar sucesso no decorrer deste processo, é imprescindível indissociar o cuidado e a educação, onde o educador possibilite situações significativas de aprendizagem, que visem o desenvolvimento de habilidades cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas, sobretudo, fundamental que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas construções, a novos recuos e a novas tentativas.

Como já foi afirmado, em toda instituição de Educação Infantil existe a responsabilidade de cuidar e educar as crianças, para isso, a instituição precisa ser um local agradável, que propicie prazer e segurança para que possa interagir e criar confiança e autonomia.

3.5 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS



Educação e Direitos humanos são questões indissociáveis e complementares, justificadas pelas legislações que indicam o fortalecimento de direitos que protegem e promovem os sujeitos de direitos e de responsabilidades. Desta forma, a Educação em Direitos Humanos tem como pretensão articular o projeto pedagógico em que todos os membros da comunidade escolar atuem para essas ações.

Tal educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuem para a transformação da sociedade, tomando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza. Como processo educativo, a Educação em Direitos Humanos é um chamamento à responsabilidade que envolve a ciência e a ética. É um dos instrumentos de que a sociedade dispõe no momento para recriar valores perdidos ou jamais alcançados. (BRASIL, 2013, p.50)

A instituição busca em suas práticas estimular a autonomia em diferentes dimensões, com consciência de suas ações, de forma a fortalecer a autoestima e aprendendo a assumir responsabilidades por suas ações. Esses ideais são inseparáveis da rotina escolar, visto que esta estimula o diálogo, de forma a preparar os indivíduos para compreender e intervir nas relações que os rodeiam, e principalmente já podendo identificar situações de injustiça.

O professor é um exemplo a ser seguido, visto que, as crianças pequenas aprendem, também por imitação, este transmite exemplos reais do cuidado com o "outro", seja no que diz respeito ao educar como do cuidar, transparecendo que o direito não é só direito de um, mas de todos, objetivando fortalecer a formação de uma sociedade realmente democrática.

A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

3.6 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os meios sociais e naturais devem ser realmente indissociáveis e intrinsecamente ligados ao cotidiano para que se almeje uma educação ambiental que busque reflexão e mudança de hábitos e posturas. Sendo assim, o ambiente escolar deve ser um espaço de transformação da sociedade, pois o saber construído atinge por ressonância todo o conjunto da comunidade, educadores e alunos e seus familiares e os ambientes de socialização.

A educação ambiental implica um processo de conscientização sobre os processos socioambientais emergentes, que mobilizam a participação dos cidadãos na tomada de decisões, junto com a transformação dos métodos de pesquisa e formação, a partir de uma ótica holística e enfoques interdisciplinares.



A Educação Ambiental não é um tema qualquer que pode ser adiado ou relegado a segundoplano. Trata-se de uma necessidade histórica latente e inadiável, cuja emergência decorre da profunda crise socioambiental que envolve nossa época. Educar para a sustentabilidade tomou-se um imperativo, sobretudo, porque as relações entre sociedade e natureza agravaram-se, produzindo tensões ameaçadoras tanto para o homem quanto para a biosfera. (TREVISOL, 2003, p.166).

As salas de aula são de modo preponderante, o espaço dedicado ao aprendizado, enquanto locais abertos destinam-se, normalmente, ao lazer e a recreação das crianças. A educação ambiental na escola é uma prática capaz de levar os indivíduos a reverem suas concepções e seus hábitos, formando assim pessoas preparadas para uma relação mais harmoniosa e sustentável com o meio onde estão inseridas.

Na realidade, não se pode conceber o homem sem a natureza, pois há uma identidade entre ambos. Sendo assim, é necessário que a educação ambiental ultrapasse a análise das relações naturais e contemplem questões políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza, as relações entre os seres humanos. A educação ambiental na educação infantil é uma proposta que contempla o diálogo coletivo como aguçador de compreensão das interações e intervenções que se realizam nos diferentes ambientes.

Em busca destas vivências do pensamento ecologista, é necessário incorporar nas práticas pedagógicas ações que priorizem alguns processos fundamentais como condutores da ação educativas por meio da interação, respeito com o outro, experiências ambientais e democráticas.

Dessa forma, dialogar sobre as questões ambientais proporciona a relação com o ouvir, se expressar, compreender e buscar estratégias para situações que melhorem as concepções acerca das ações adequadas com o meio ambiente e com os espaços naturais. No cotidiano escolar, este momento é permeado pela prática entre crianças e adultos, bem como com a interação construtiva de conceitos. Desse modo, as crianças partilham seus saberes e socializam informações neste campo de diálogos. Assim, algumas estratégias para aproximação das famílias em forma de convite a participar de atividades ambientais na escola, onde a interação passa a se concretizar como um espaço de transição.

13/3

A Lei Federal nº 9.795/99 define que os princípios básicos da educação ambiental consistem no enfoque humanista, holístico, democrático e participativo e na concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade. Além disso, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade se faz necessário, afinal, já que é imprescindível promover a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais.

Assim, os direcionamentos quanto ao aspecto ambiental devem abordar os aspectos locais, regionais, nacionais e globais, reconhecendo e respeitando a pluralidade e a diversidade individual e cultural.

Desse modo, os objetivos fundamentais desta instituição estão articulados com a Lei citada acima ao promover o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, bem como a garantia de democratização das informações ambientais. Portanto, o desenvolvimento e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social é necessário, já que promoverá a consciência, mesmo que a longo prazo, da participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

3.7 VIOLÊNCIAS E O USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS EM ÂMBITO ESCOLAR

Diante da faixa-etária que o CEI atende, a instituição trabalha com temáticas que suscitam um fazer pedagógico que contemplam os temas sociais. Ao trabalhar com as regras sociais, as crianças tendem a compreender a organização da sociedade e se colocar como um membro desse meio que têm direitos e deveres. Desta forma o que se pretende é que como sujeitos, possam se colocar no lugar do outro, desenvolvendo atitudes humanas nas suas práticas.

Para representar uma pequena parcela e compreendê-la é trabalhado com

combinados para a harmonia do espaço. Concebendo que não existem pessoas mais ou menos importantes e que todas têm suas diferenças, mas ao mesmo tempo todas têm os seus direitos, independentemente de suas características de sexualidade ou gênero étnico racial.

3.8 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Constituição Federal (1988), art. 205, afirma que “A educação é direito de todos”. Esta frase inquieta a muitos professores quando constata, em suas salas de aula, a realidade da diversidade humana. Ademocratização do processo educacional contribuiu para que aumentasse a necessidade de ensinar em salas de aula heterogêneas em que todos os alunos aprendessem a partir de suas diferenças. Com base nesse contexto se elabora a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, com uma proposta de educação em que a concepção de educação é fortalecida pelo ideal dos direitos de todos à educação de qualidade. Nesta perspectiva de educação os alunos são iguais dentro das suas diferenças.

Na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação), Lei nº 9.394/96, no que se refere à educação especial no seu Art.58, entende-se por educação especial como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais. No seu parágrafo primeiro explicita que, quando necessário, o aluno deve ser atendido nos serviços de apoio especializado, para atender as peculiaridades da clientela de Educação Especial.

A inclusão é um paradigma educacional baseado na concepção dos direitos humanos, onde os direitos e deveres devem ser constituídos em um universo que favoreça o crescimento, valorizando as diferenças e o potencial de cada pessoa. A reflexão em torno do Processo de Inclusão se faz necessária porque, apesar de ser um campo bem explorado pelos autores, chegando às vezes a se confundir com modismos, ainda existem grandes dificuldades das equipes das unidades escolares em desenvolver um trabalho que realmente esteja incluindo o aluno especial.

A educação inclusiva, que vem sendo divulgada por meio da educação especial, teve sua origem nos estados unidos quando foi publicada a lei Nº 94.142 em 1975 resultado dos movimentos sociais de pais de alunos com deficiência que



Brs

reinindicavam acesso de seus filhos com necessidades Educacionais Especiais em Escolas de qualidade (STAINBACK, 1999).

No Brasil, existem muitas controvérsias quanto a lógica de implantação da educação inclusiva, nas escolas de ensino público e particular. Uma diversidade social contraditória que tem evidenciado desinformação, preconceito e produção de novos tipos de exclusão. Na verdade, o que a nova legislação brasileira propõe, é uma educação especial com ênfase na inclusão, dando margem para que os sujeitos com necessidades educacionais especiais possam escolher entre serem encaminhados a escola regular ou as instituições especializadas, agora, conforme suas necessidades e desejos.

A educação inclusiva é uma prática inovadora que está enfatizando a qualidade do ensino para todos os alunos, exigindo que a escola se modernize e os professores se aperfeiçoem em suas práticas pedagógicas. É um novo olhar que desafia o cotidiano escolar brasileiro. São barreiras a serem superadas por todos, profissionais da educação, comunidade, pais e alunos. É preciso aprender mais sobre a diversidade humana, a fim de compreender os modos diferenciados de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

O princípio da inclusão é um processo educacional que busca atender a criança com deficiência na escola ou na classe de ensino regular. Para que isso aconteça, é fundamental o suporte dos serviços das áreas da educação especial por meio de seus profissionais. A inclusão é um processo inacabado que ainda precisa ser frequentemente revisado.

Segundo CANZIANI (1993, p. 20):

a educação inclusiva favorece um melhor desenvolvimento físico e psíquico das mesmas, beneficiando também os demais alunos que aprendem ou adquirem atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Serão obedecidos os princípios da igualdade de viver socialmente com direitos e deveres respeitados, participação ativa na interação social e observância de direitos e deveres instituídos pela sociedade.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

os educandos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que durante o processo demonstram:

- Dificuldade acentuada de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: as não vinculadas a uma causa

Brs

g

orgânica específica e aquelas relacionadas a condições, distúrbios, disfunções, limitações ou deficiências.

- Dificuldade de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos, demandando adaptações de acesso ao currículo, com a utilização de sinais e códigos aplicáveis;
- Altas habilidades, superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. (BRASIL, 2001, p.21).

A instituição deve assegurar uma resposta educativa adequada às necessidades educacionais de todos os seus alunos, em que seu processo de aprender, buscando implantar os serviços de apoio pedagógicos especializado necessário, oferecidos preferencialmente no âmbito próprio.

Assim entende que todo e qualquer aluno pode apresentar, ao longo de sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente, vinculada ou não aos grupos já mencionados.

3.9 EDUCAÇÃO, HOMEM (INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA, JUVENTUDE, ADULTOS E IDOSO), MUNDO, SOCIEDADE, CIDADANIA

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Vitor Henrique Paro define a educação como:

[...] apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada ao atendimento das camadas trabalhadoras... é pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação da natureza. (PARO, 2003, p. 7).

Educar é libertar o homem da condição de passivo, para ^o ~~sujeito~~ ^{que} ~~busca~~ no conhecimento a compreensão da realidade que está inserido, passando a reconhecer o papel da História, entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto, entende-se educação como a prática social responsável pelo processo de

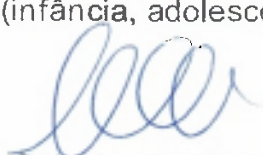
humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: "Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto a quem aspira as mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, a educação, a saúde..." (2000, p.122).

As exigências impostas ao ser humano e à sociedade pelo processo econômico e pelo decorrente apelo de desenvolvimento tecnológico determinam a necessidade de estender a ação educativa por todo o curso da vida, tornando a educação um processo permanente e continuado.

A educação possui referencial e legislação específicos nos âmbitos federal, estadual e municipal. Aqui, se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394, de 20 de novembro de 1996, de âmbito federal, especialmente em seu Capítulo III, Dos princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, o qual determina que a educação é "[...] dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana", tendo "por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho." (BRASIL,1996).

Convergente a essa determinação, o Centro de Educação Infantil Raio de Sol concebe a educação como uma dinâmica organizativa dos saberes e das formas de interação das pessoas com o meio social no qual atuam. A condição de respeitar e valorizar todos se constituem, portanto, foco da ação educativa, em que os diferentes e as diferenças são respeitados e valorizados ao promover a ampliação do autoconhecimento e a superação de dificuldades, que, antes de serem atribuídas ao outro, devem ser analisadas na perspectiva do próprio sujeito.

Ainda é preciso destacar que os princípios de educação assumidos pelo CEI coadunam com o que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 04/2010, no que tange ao seu caráter ético, estético e político. Além desses princípios, o CEI assume a tarefa de educar e cuidar, como já ressaltado anteriormente, enquanto processos indissociáveis da formação humana que se iniciam na Educação Infantil (base inicial da formação) permeando as demais fases de desenvolvimento humano (infância, adolescência, juventude, adultos e idosos) e de ensino aprendizagem:

Bo

Cuidar e educar significa compreender que o direito a educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de

considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade/escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo. (BRASIL, 2010a, p. 12).

Cabe destacar que, quando o fazer pedagógico desloca seu eixo central para a criança e o estudante, a cidadania também ganha contorno especial na proposta da Instituição. Assim, o Centro de Educação Infantil Raio de Sol, entende que a cidadania deve e pode ser exercida em todas as suas instâncias, oportunizando espaços de participação para a comunidade escolar como prática do humanismo contemporâneo. (BRASIL, 2010).

Dessa maneira, é possível evidenciar que, a Pedagogia Histórico-Crítica é a teoria que contribui de forma singular para a formação cultural e social do homem, na medida em que valoriza a escola como lócus de humanização. Entende-se a educação como o ato de produzir direta e intencionalmente a humanidade em cada indivíduo, sendo esta produzida histórica e coletivamente pelos homens. (SAVIANI, 1991). Um dos objetivos dessa corrente pedagógica é a transformação da sociedade e não sua manutenção. Compreende o homem enquanto sujeito de direitos, agente do processo histórico.

O homem não pode ser estudado e compreendido isoladamente, por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações e intervenções que estabelece com seu meio.

Numa ação intencional e planejada, o homem age na natureza, por meio do trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, sendo esse um processo dinâmico e que se dá em cada momento histórico. Por meio dessa ação o homem vai acumulando experiências ao longo da vida e produzindo o conhecimento.

É na relação com os seus semelhantes que o ser humano aprende e ensina, se constrói enquanto sujeito, adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social tais como: respeito mútuo, solidariedade, cooperação e afetividade.

De posse do instrumental teórico e os meios necessários para que perceba e assuma, verdadeiramente, seu papel ativo na história, enquanto cidadão capaz de interpretar e participar da construção do mundo, sobretudo, de fazer-se a si mesmo